



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----
LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----
PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-

PRESENÇAS E FALTAS:-----
PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seguintes despachos:-----

- Despacho de dois do corrente mês de Novembro que, ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do artigo 57º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, designou Vice-Presidente da Câmara Municipal o Senhor Vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues;-----

- Despacho da mesma data, que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 58º da mesma lei, designou para Vereadores a tempo inteiro, em regime de permanência, a Engª Ana Maria Moreira Ferreira e Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues;-----

- Despacho de cinco do corrente mês de Novembro, que ao abrigo da competência prevista no n.º 4 do mesmo artigo 58º, e face à deliberação da câmara municipal dessa data (item 4 da respectiva acta), designou para Vereadores a tempo inteiro, em regime de permanência, os senhores Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa e Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado.----

- Despacho de onze do corrente mês de Novembro, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que distribuiu pelos Senhores Vereadores em regime de permanência funções de coordenação nas áreas de actuação municipal nele referidas.-----

- Despacho da mesma data, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as folhas cinco e seis da mesma, que delegou competências na Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, na área de gestão e direcção de Recursos Humanos.----

- Despacho de cinco do corrente mês de Novembro, do qual se anexa cópia à presente



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha sete da mesma, que delegou competências próprias do Presidente, com a faculdade de subdelegação nos titulares de cargos de direcção de nível e grau inferior, no Director do Departamento e Planeamento e Habitação. De igual modo, foi dado conhecimento do despacho de seis do mesmo mês, do Director do Departamento de Planeamento e Habitação, que subdelegou as mesmas competências na Chefe da Divisão de Obras Particulares;-----

- Despacho da mesma data, do qual igualmente se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha oito da mesma, que delegou competências para praticar actos e formalidades de natureza instrumental na Directora do Departamento Administrativo.-----

- Despacho de dezassete do corrente mês de Novembro, do qual igualmente se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas nove e dez da mesma, que delegou competências para a prática de actos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara, no Senhor Eduardo dos Santos Ribeiro, a exercer funções de comandante da Policia Municipal.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

04

Ap

Despacho

Áreas de Gestão Municipal

Atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar, decido, ao abrigo do disposto no artº 58º, nº 4, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, distribuir pelos Senhores Vereadores designados em regime de permanência as funções de coordenação relativas às áreas de gestão municipal a seguir referidas.

CARGO	ÁREAS DE GESTÃO MUNICIPAL
Presidente da Câmara Municipal Eng. Castro Fernandes	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento Económico- Finanças- Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente- Habitação- Obras Municipais- Juventude
Vereador e Vice-Presidente Sr. Luís Freitas	<ul style="list-style-type: none">- Finanças (em articulação com o Presidência)- Ligação à Assembleia Municipal- Protecção Civil, Defesa da Floresta e Segurança- Trânsito e Serviços Gerais
Vereadora Eng. Ana Maria	<ul style="list-style-type: none">- Educação- Ligação às Juntas de Freguesia- Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento
Vereadora Dra. Júlia Godinho	<ul style="list-style-type: none">- Cultura- Acção Social e Saúde- Relações Internacionais- Defesa do Consumidor
Vereador Dr. José Pedro Machado	<ul style="list-style-type: none">- Desporto- Turismo- Serviços Urbanos

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009

O Presidente,

Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

DESPACHO

Delegação de competências na área de gestão e direcção de recursos humanos

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, delego, ao abrigo do disposto no nº 2 do artº 69º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na Senhora Vereadora Drª. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, as competências abaixo referidas na área de gestão e direcção de recursos humanos, que me são conferidas pela alínea a) do nº 2 do artº 2º do Decreto-lei nº 209/2009, de 03 de Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.-----

— A competência para marcar o período de férias, nos termos previstos no artº 176º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei 59/2008, de 11 de Setembro;-----

— A competência para decidir alterações ao período de férias, nos termos previstos no artº 177º do mesmo Regime e em caso de suspensão das férias por motivo de doença;-----

— A competência para autorizar o gozo de férias, em conformidade com os períodos previamente marcados;-----

— A competência para autorizar acumulação de férias, nos termos previstos no artº 175º do mesmo Regime;-----

— A competência para justificar ou injustificar faltas, nos termos legalmente previstos;-----

— A competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como a competência para autorizar o respectivo pagamento, até aos limites legalmente previstos, de harmonia com o estipulado nos artigos 158º e seguintes do RCTFP.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos proferidos pela identificada Vereadora no período compreendido entre o dia cinco do corrente mês de Novembro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

06

AP

7

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e a reunião de
Câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009

O Presidente,

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO****DESPACHO****Delegação de competências no Director de Departamento de Planeamento e Habitação**

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa devem ser privilegiados os mecanismos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, de forma a propiciar respostas mais céleres às solicitações dos utentes e a proporcionar um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais desburocratização dos serviços;

Considerando a possibilidade de delegação de competências no pessoal dirigente prevista no art.º 70 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, delego no Arq.º José António Lopes, Director de Departamento de Planeamento e Habitação desta Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegação nos titulares de cargos de direcção de nível e grau inferior, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei 93/2004 de 20 de Abril, as competências previstas nas alíneas d), e), f), g), h), j) e n) do n.º 3 do artigo 70º ou seja a competência para autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra, a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, a passagem de justificações administrativas, a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei, emitir alvarás exigidos por lei, na sequência da decisão ou deliberação que confirmam esse direito, autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados e praticar outros actos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência do delegante, bem como dirigir a instrução de procedimentos administrativos.

Divulgue-se pelos serviços e publique-se nos termos previstos no artigo 91º da lei 169/99 de 18 de Setembro. -----

Santo Tirso e Paços do concelho, 05 de Novembro de 2009

O Presidente

Castro Fernandes



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

08

Ar

DESPACHO

Delegação de competências na Directora do Departamento Administrativo

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa devem ser privilegiados os mecanismos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, de forma a propiciar respostas mais céleres às solicitações dos utentes e a proporcionar um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais desburocratizada dos serviços;-----

Considerando a possibilidade de delegação de competências no pessoal dirigente prevista no artº 70º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delego na Senhora Drª Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo desta Câmara Municipal, a competência prevista na alínea n) do nº 3 do referido artº 70º, ou seja, a competência para praticar actos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício das minhas competências decisórias, no âmbito dos procedimentos assegurados pela referida unidade orgânica.-----

Cabem, nomeadamente, nesta competência, os seguintes actos:-----

- Pedidos de certidões à Conservatória do Registo Predial, Serviço de Finanças ou outras entidades, necessárias à instrução de actos, processos ou contratos, nos casos em que a obrigação de juntar tais certidões caiba à Câmara Municipal;-----
- Notificações aos empreiteiros e outros prestadores de serviços necessárias à celebração dos respectivos contratos, desde que previamente tenha sido notificada pelo Presidente a decisão de adjudicação;-----
- Assinar ofícios da Câmara Municipal, relativos a assuntos da competência do Departamento Administrativo, cujo conteúdo tenha natureza meramente instrumental.-----

Divulgue-se pelos serviços respectivos e publique-se nos termos previstos no artº 91º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 05 de Novembro de 2009

O Presidente,

Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

09

DESPACHO

Delegação de competências no Comandante da Polícia Municipal

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa devem ser privilegiados os mecanismos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, de forma a propiciar respostas mais céleres às solicitações dos utentes e a proporcionar um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais desburocratizada dos serviços;-----

Considerando que a Polícia Municipal dispõe de uma estrutura organizacional própria, na minha dependência hierárquica directa, de harmonia com o previsto no respectivo Regulamento, aprovado pela Assembleia Municipal em 05 de Junho de 2000;-----

São diversas as funções administrativas que são exercidas por estes serviços, designadamente a nível dos Processos de Contra-Ordenação por infracção ao Regulamento Municipal de Trânsito.-----

Por razões de distanciamento físico das instalações onde funcionam os serviços da Polícia Municipal, à diversidade das áreas de actuação da Câmara Municipal, cuja actividade, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, me compete coordenar;-----

Considerando que o artº 70º da referida Lei 169/99 permite a delegação de algumas competências no Pessoal Dirigente;-----

Ao abrigo desta norma legal, delego no Senhor Eduardo dos Santos Ribeiro, a exercer funções de Comandante da Polícia Municipal, conforme contrato de prestação de serviços celebrado em 29 de Maio último, cargo equiparado para todos os efeitos ao cargo de Director de Departamento Municipal, conforme estipulado no artº 67º do Regulamento atrás referido, as seguintes competências:

— A competência prevista na alínea e) do nº 3 do referido artº 70º, para autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos cuja tramitação siga pelos referidos serviços, nos termos legalmente previstos;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

10

— A competência prevista na alínea n) do mesmo nº 3, para praticar actos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, designadamente a assinatura de correspondência e outros actos de expediente necessários à instrução dos processos de contra-ordenação cuja tramitação corre pela Polícia Municipal.-----

Divulgue-se pelos serviços respectivos e publique-se nos termos previstos no artº 91º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

Dar conhecimento em reunião de Câmara.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 17 de Novembro de 2009

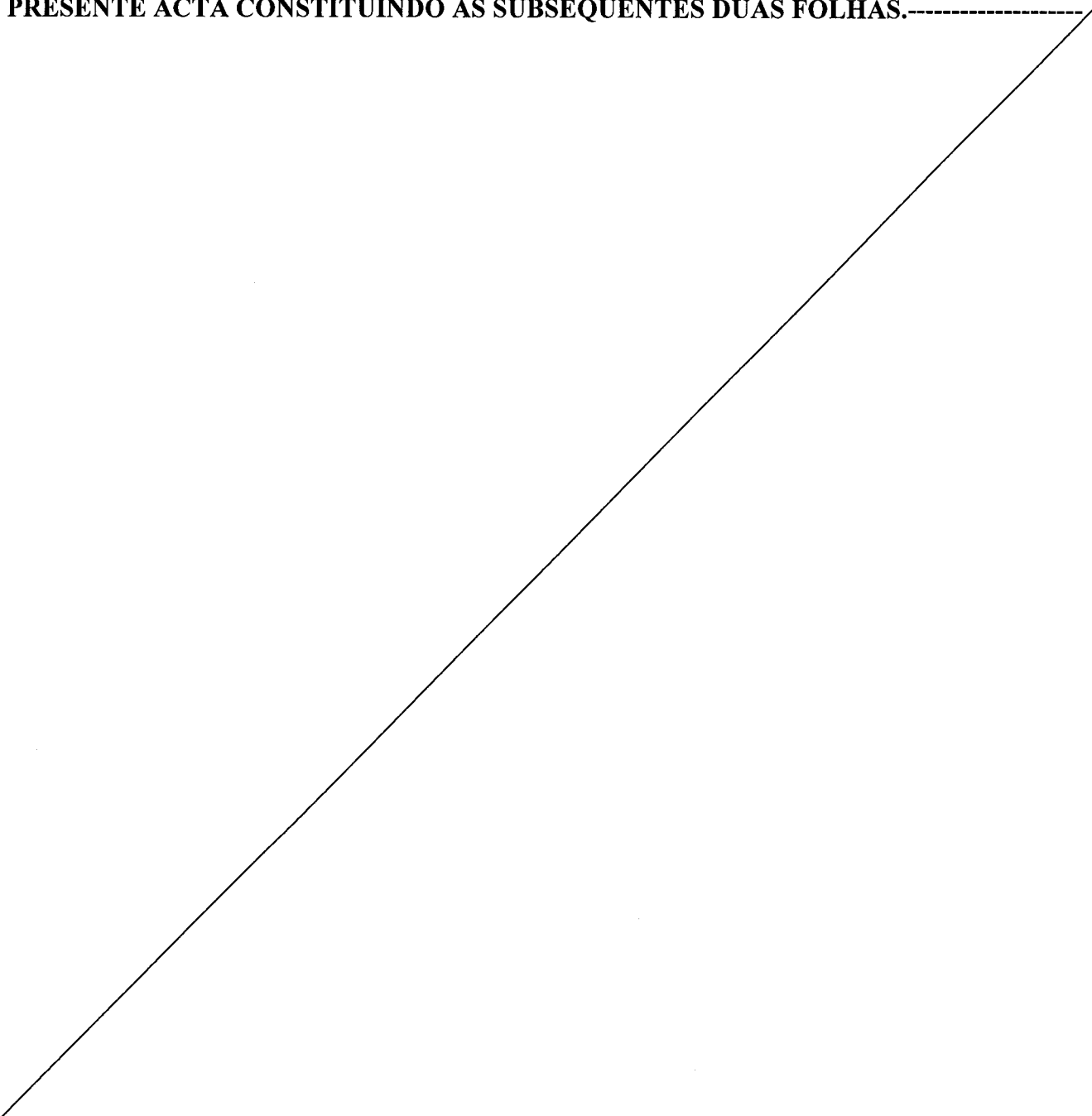
O Presidente,

Castro Fernandes



[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

Ar

7

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/NOVEMBRO/2009 – ACTA Nº 25

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (05/11/2009)
- 2 – Assembleia Municipal: Minuta da acta da sessão extraordinária realizada no dia 15/07/2009: Conhecimento
- 3 – Inspecção Ordinária Sectorial ao município de Santo Tirso, efectuada pelo IGAL: Conhecimento do Parecer Final e do despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local
- 4 – Lançamento de Derrama para o ano de 2010
- 5 – Participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Santo Tirso
- 6 – Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2010
- 7 – Cálculo dos montantes das taxas das licenças de obras particulares: estimativa do valor das obras para efeitos do disposto no artigo 9º, n.º 2, do Regulamento de Taxas de Obras Particulares e Loteamentos: Actualização dos valores mínimos do custo de construção por m²
- 8 – Acordo de Parceria celebrado com a Administração da Região Hidrográfica do Norte. I.P., tendo por objecto acções de protecção de recursos hídricos no concelho de Santo Tirso: Ratificação
- 9 – Requerimento da Associação Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves, IPSS: Pedido de Reconhecimento de interesse público municipal do projecto de remodelação e ampliação do refeitório social, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na RAN
- 10 – Requerimento da associação Casa de Acolhimento Sol Nascente, IPSS: Pedido de reconhecimento de interesse público municipal do projecto de



AK

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

ampliação e remodelação de um edifício sito no lugar da Mourinha, freguesia de S. Tomé de Negrelos, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na RAN

- 11 - Aquisição de terrenos necessários à execução do projecto denominado "Caminho Pedonal em S. Tiago da Carreira – Santo Tirso": Resolução de Expropriar duas parcelas de terreno necessárias para o efeito: Rectificação da deliberação camarária de 29/07/2009: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 12 – Minuta de Contrato de Comodato a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Sociedade Tirsonopolis – Sociedade de Construções Lda: Aprovação
- 13 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 13 de Novembro de 2009

O Presidente,



Act

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

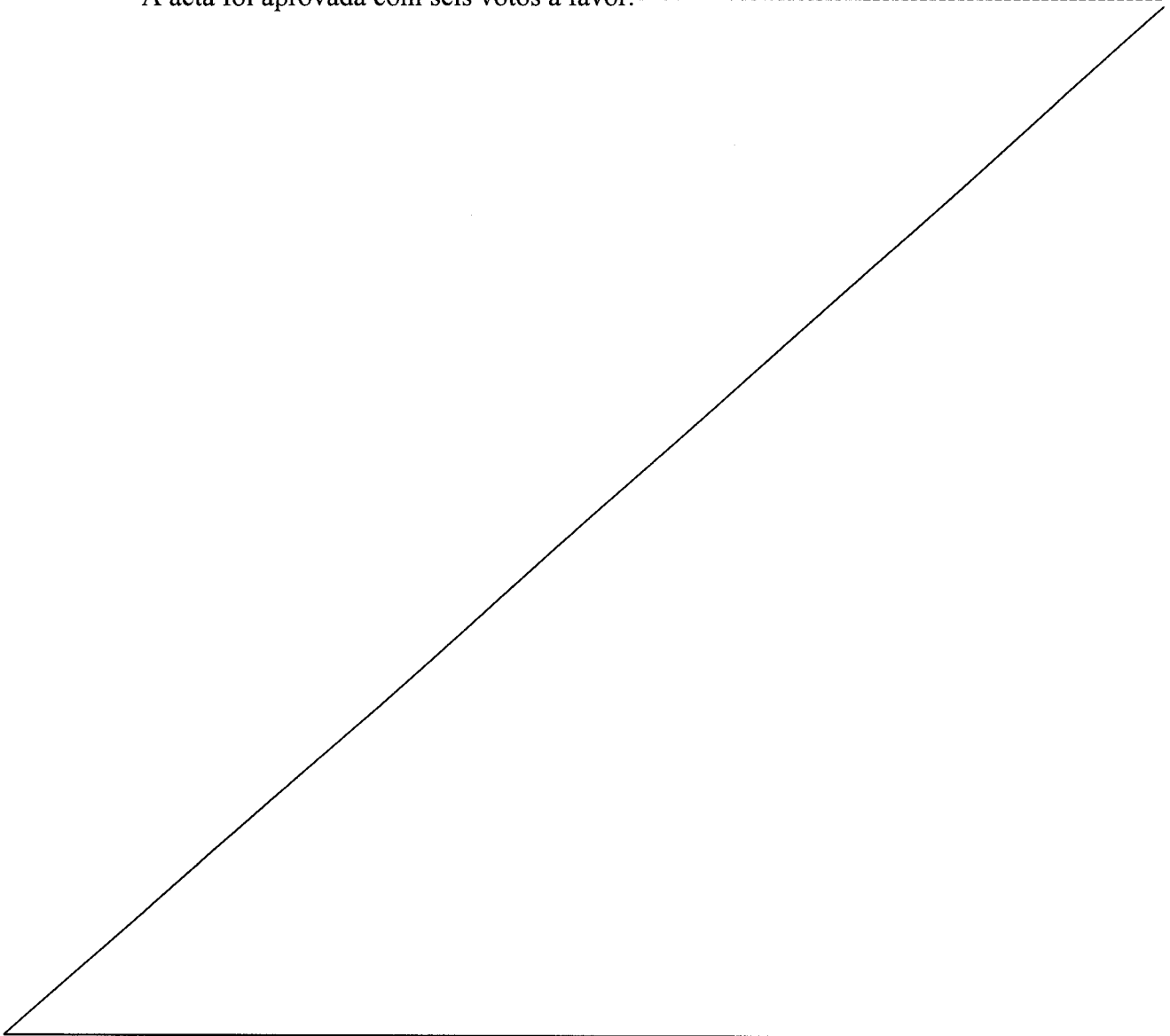
df

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (05/11/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia cinco do corrente mês de Novembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com seis votos a favor.-----





Ar

7

2. ASSEMBLEIA MUNICIPAL: MINUTA DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15/07/2009: CONHECIMENTO.-----

Presente a minuta da acta da sessão extraordinária da assembleia municipal, realizada no dia quinze de Julho último, na qual foi aprovado o seguinte:-----

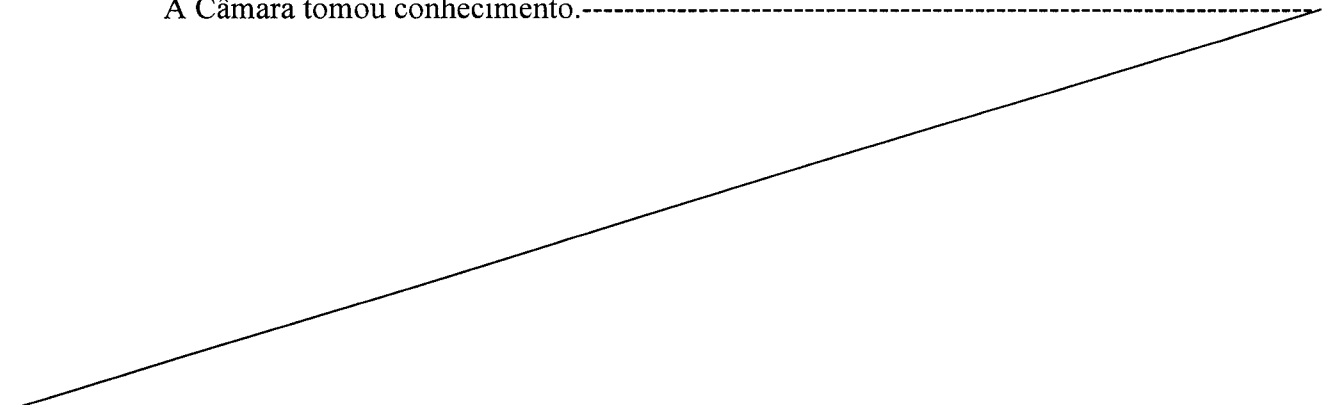
- Autorizar a câmara municipal a delegar competências nas Juntas de Freguesia, em matéria de gestão de instalações e equipamentos desportivos;-----

- Adjudicar o concurso público para a constituição de uma sociedade comercial anónima de direito privado, de capitais minoritariamente públicos, para a construção de equipamentos urbanos e infra-estruturas de relevante interesse municipal ao consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos S.A./ Europa Ar-Lindo Construções S.A./ Avelino Farinha e Agrela S.A./ Europa Ar-Lindo Parque, S.A.;-----

- Autorizar o município a vender à PT – Comunicações S.A., pelo preço de 270.000,00 €, uma parcela de terreno com a área de 7.344,50 m², inscrita na matriz predial urbana sob o artigo provisório P-5735 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número 3437 (três mil quatrocentos e trinta e sete);-----

- Aplicar aos pedidos de registo do procedimento previsto no artigo 41º de DL 209/2008, de 29 de Outubro (Actividade Industrial) a taxa prevista no artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal, até à entrada em vigor das alterações aos regulamentos da câmara.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





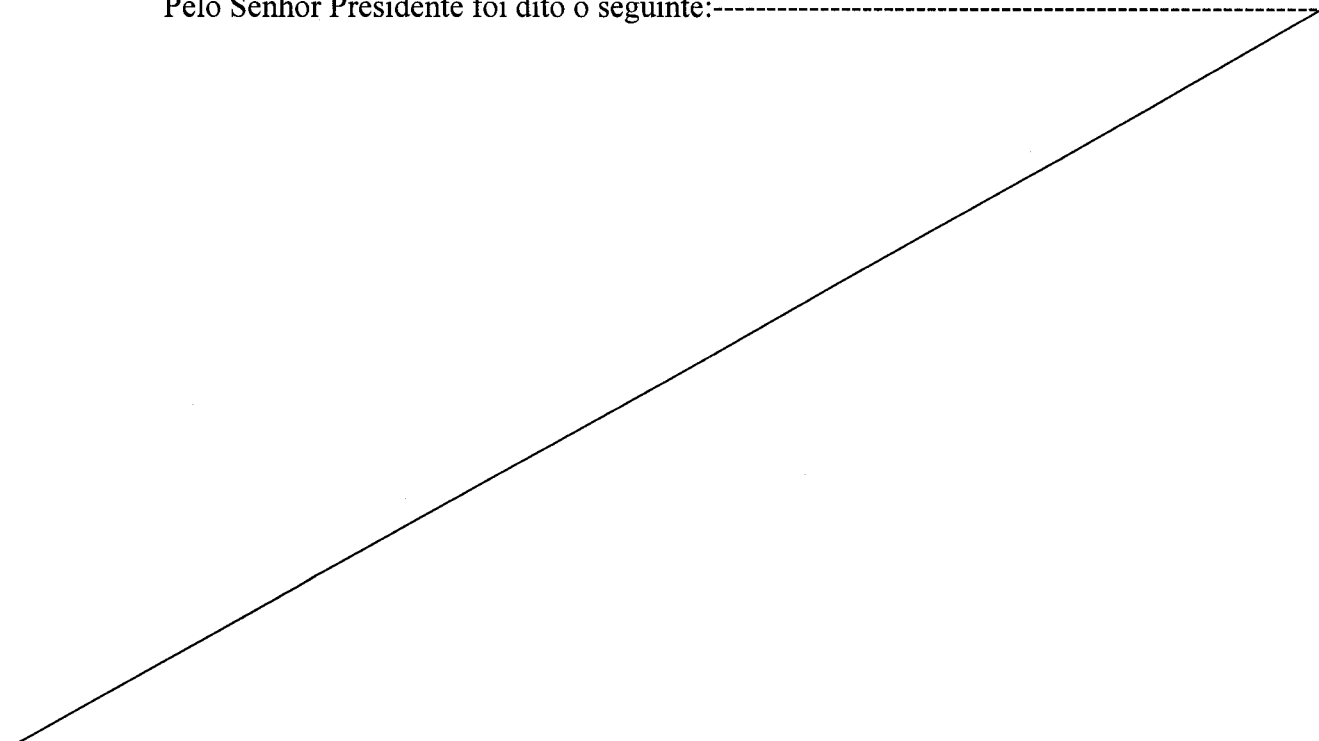
77

3. INSPECÇÃO ORDINÁRIA SECTORIAL AO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, EFECTUADA PELA IGAL: CONHECIMENTO DO PARECER FINAL E DO DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.-----

O Senhor Presidente deu conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, do relatório definitivo da inspecção ordinária sectorial ao município de Santo Tirso, efectuada pela Inspeção – Geral da Administração Local, que incidiu sob o período compreendido entre um de Julho de dois mil e três e dezasseis de Dezembro de dois mil e sete, que foi remetido pelo ofício da IGAL de dezanove de Outubro findo, registado na câmara municipal com o número catorze mil e oitocentos.-----

Do expediente levado ao conhecimento da câmara consta o relatório enviado pelo ofício da mesma entidade, número seis mil quinhentos e vinte e cinco, de catorze de Agosto último, registado na câmara com o número treze mil e setenta e seis, bem como a resposta enviada pela câmara em sede de audiência prévia.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte:-----



Inspecção Ordinária Sectorial ao Município de Santo Tirso

Em cumprimento do legalmente previsto, cabe-me dar conhecimento aos restantes membros da Câmara Municipal do Relatório Final da Inspecção Sectorial acima referida, efectuada ao Município de Santo Tirso pela Inspecção – Geral da Administração Local, que decorreu de 17 de Dezembro de 2007 a 2 de Maio de 2008, e que incidiu sobre o período compreendido entre 01 de Julho de 2003 e 16 de Dezembro de 2007.

Atento o período inspeccionado (cerca de 4 anos e meio, abrangendo parte dos mandatos de 2002/2005 e 2005/2009), o teor do Relatório enviado pela IGAL em 14 de Agosto último para efeitos de audiência prévia, e o Parecer Final nº 63/2009 do Inspector – Geral da IGAL, que mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, de 19 de Agosto último, aprez-nos realçar o seguinte:

1. As diversas e complexas áreas de actuação do município, as constantes alterações legislativas e as restrições financeiras não facilitam a, já de ~~por~~ si difícil, tarefa de gestão do município;

Apesar das dificuldades verifica-se que nos diversos, e foram muitos, processos e procedimentos analisados no decurso da acção inspectiva não foram detectadas situações que indicassem responsabilidade administrativa, financeira, civil ou penal, como não poderia deixar de ser;

De eventuais irregularidades apontadas pela IGAL, e dizemos eventuais, porque algumas resultam de diferentes interpretações da lei, sendo que em

Ar
[Signature]

matéria interpretativa só a última decisão judicial pode ter carácter vinculativo, decidiu-se, logo no decurso da acção inspectiva, e como se reconhece no aludido parecer final, acatar as recomendações da IGAL vertidas no Relatório, o que demonstra o espírito de quem vem gerindo a Câmara Municipal nos últimos anos para cultivar uma postura de constante melhoria dos serviços.

2. Em relação ao ponto I do dito parecer final, foram já dadas instruções à Divisão Jurídica e do Contencioso, para informar a IGAL sobre a tramitação e decisão final proferida nos processos de contra-ordenação identificados a fls. 123 a 137 da documentação da acção inspectiva;

Reconhecendo-se o atraso na conclusão de alguns processos de contra-ordenação, é de salientar que uma maior celeridade processual apenas seria possível ou com a contratação de mais funcionários, a afectar ao respectivo serviço, ou com a prestação de trabalhos extraordinário, o que, em ambos os casos, acarreta despesas para o município cuja realização, numa perspectiva de boa gestão financeira, deve ser seriamente ponderada;

Existe o cuidado de não deixar prescrever os processos, pelo que também aqui não se verifica qualquer ilegalidade.

3. No decurso da acção inspectiva foram analisados diversos processos de obras particulares, a solicitação da Polícia Judiciária, e na sequência de denúncias apresentadas nesta entidade policial, sendo que relativamente a todos esses processos, identificados de folhas 17 a 23 do aludido Relatório, se concluiu que *“as operações urbanísticas encontram-se tituladas com os respectivos alvarás e não apresentam anomalias para a interposição de*

AR
[Handwritten signature]

alguma acção administrativa nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Conclui-se ainda naquele Relatório: *"Igualmente do levantamento dos factos, resultante da análise dos processos e dos elementos recolhidos, não se vislumbram situações que possam indiciar ou mesmo levantar uma suspeita da existência de ilícitos penais quanto à matéria exposta".*

4. Também no decurso da mesma acção inspectiva foram analisados diversos processos de obras particulares, identificados de folhas 23 a 26 do mesmo Relatório, na sequência de queixas apresentadas na IGAL, sendo que em relação a todos eles se chegou à mesma conclusão: *"não foram violadas disposições legais"* ou *"estão a ser reequacionadas medidas tendentes à regularização da situação"*.
5. No âmbito da mesma acção, foi analisada uma exposição apresentada na IGAL pela Comissão Política do Partido Social Democrata de Santo Tirso, referida de folhas 27 a 28 do Relatório, reiterando-se aqui o que já dissemos no nosso ofício nº 19000, de 25 de Setembro de 2007. A obrigação do Presidente da Câmara de responder aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal vem sendo regularmente cumprida, já que a maioria das informações pedidas constam das actas das reuniões da Assembleia e da Câmara Municipais, bem como dos relatórios anuais de gestão e contas, que são documentos públicos.
6. Foi também analisada no âmbito da referida acção inspectiva uma comunicação efectuada pelo Município à Direcção-Geral das Autarquias Locais, pelo facto de no processo de licenciamento de obra particular

AR

7

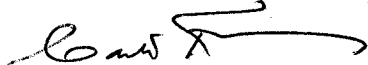
(processo nº 644/2002), em nome da sociedade TSEIS – Investimentos Imobiliários, S.A., ter sido emitido um parecer pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo, Senhor Adelino Almeida Martins Moreira, um dos sócios gerentes da sociedade Adelino Moreira & Irmão, Lda., promotora inicial da operação urbanística que deu origem ao referido processo 644/2002, que nele estava impedido de intervir, face ao disposto na alínea a) do nº 1 do artº 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Em consonância com a exposição apresentada pelo Município, concluiu a IGAL que a pronúncia sobre os projectos de construção, sempre que solicitada pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia, deve ocorrer em reunião do respectivo órgão executivo, não podendo intervir nessa mesma pronúncia quem se encontre nas situações contempladas nas diversas alíneas do nº 1 do artº 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Concluindo:

Na acção inspectiva em causa não foram apontadas situações que indiciem responsabilidade administrativa, financeira, civil ou penal, tendo sido reconhecida a actuação legal do município nos diversos processos que motivaram denúncias na Polícia Judiciária ou exposições na IGAL, o que nos apraz registar e deve ser reconhecido pela Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara,



(Castro Fernandes)

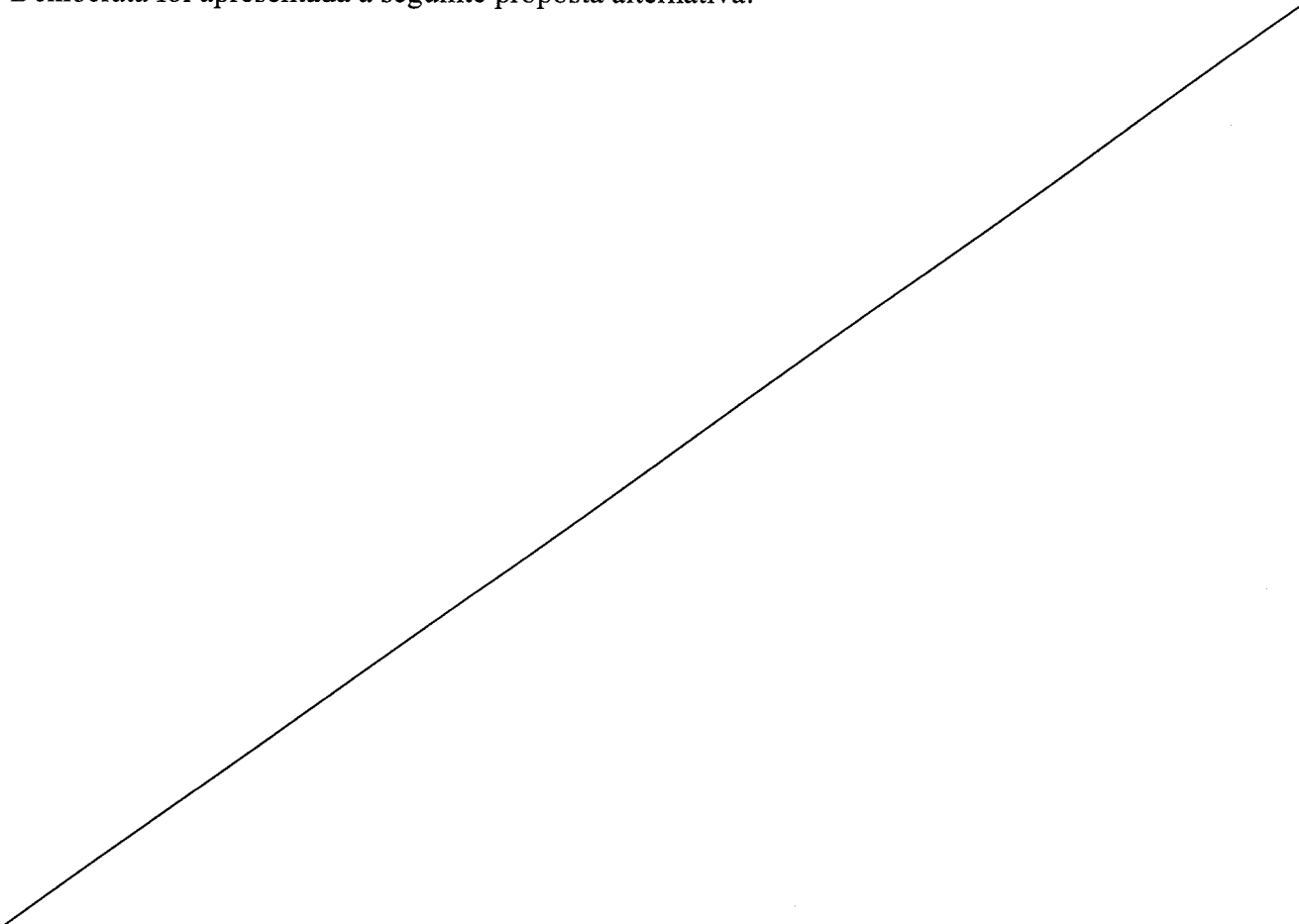


Ar

4. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, tendo em conta o disposto no artigo 53º, n.º 2, alínea f), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e no artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), deliberasse propor à Assembleia Municipal o lançamento, no próximo ano, de uma derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do município de Santo Tirso, para reforçar a capacidade financeira do município de forma a permitir a melhor prossecução das suas atribuições.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte proposta alternativa:-----



Reunião da Câmara Municipal de 18 de Novembro de 2009

Proposta de deliberação referente à Derrama para 2008 dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

Proposta de deliberação referente à Derrama para 2010

A lei 2/2007 - Lei das Finanças locais, determina que *“os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas(IRC)...”, cabendo à AM proceder a deliberação da taxa proposta pelo Executivo Camarário.* Refere também a Lei 2/2007 que *“ A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000.”.*

Ora, nos últimos anos tem-se verificado um acréscimo significativo do número de falências, nomeadamente em empresas do sector da transformação.

Também a grave crise que atinge a região do Vale do Ave e particularmente Santo Tirso, quer pelas suas debilidades económicas, quer por questões estruturais, aliada à necessidade de contribuir para contrariar o clima de depressão e impulsionar

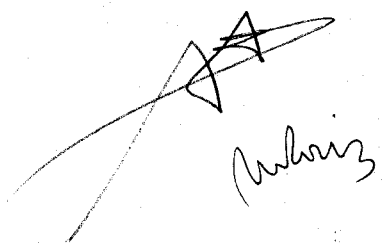
Ar

H

medidas que conduzem ao desenvolvimento económico, tendo em conta a estrutura do tecido empresarial instalado em Santo Tirso (micro, pequenas e médias) os vereadores do PPD/PSD apresentam a seguinte proposta:

Proposta de Derrama de 1,35% com o objectivo de atrair, fixar e desenvolver novas empresas para Santo Tirso.

Proposta de Derrama de 1,20% para pequenas empresas que não ultrapassem um volume de negócios de €150.000, afectando a verba a arrecadar com esta taxa para o fomento do empreendedorismo jovem, para a melhoria das condições de acessibilidade das áreas empresarias existentes e para a constituição de um Gabinete de Apoio ao Investimento, dotado de recursos humanos com competências na área, em articulação com a Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso.



Handwritten signature, possibly reading "M. L. Silva".



7

A proposta do Senhor Presidente foi designada por proposta A e a proposta dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos no Partido Social Democrata foi designada por proposta B.-----

As propostas foram postas à votação em alternativa, tendo a proposta A obtido quatro votos a favor, e a proposta B obtido dois votos a favor, pelo que foi aprovada por maioria a proposta A.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista à Câmara Municipal votam favoravelmente a proposta de deliberação de aplicação de uma taxa de 1,5% de Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas, para o ano de 2010, essencialmente porque:-----

- A aplicação do método de cálculo previsto na Lei das Finanças Locais para a Derrama da taxa até 1,5% sobre o lucro tributável, em lugar da taxa até 10% sobre o IRC, provocou uma diminuição geral de encargos a pagar pelas empresas na maioria dos concelhos do nosso país.-----

- Tratando-se de uma rubrica com diminuta expressão no conjunto da receita municipal (receita que tende no geral, a ser contida pela conjuntura económica), é também afectada a investimento e naturalmente, à melhoria das condições de operacionalidade das próprias empresas instaladas e sedeadas no concelho.-----

- Não desejamos pôr em causa nem o nível de investimento municipal, nem a cobertura assegurada às competências e atribuições do município, não se podendo por outro lado, seriamente, pretender em simultâneo um aumento de investimento com diminuição de receita.-----

- A taxa agora proposta para a Derrama enquadra-se na que é em geral praticada pelos municípios do Vale do Ave e do Grande Porto.-----

Os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista à Câmara Municipal de Santo Tirso”.-----

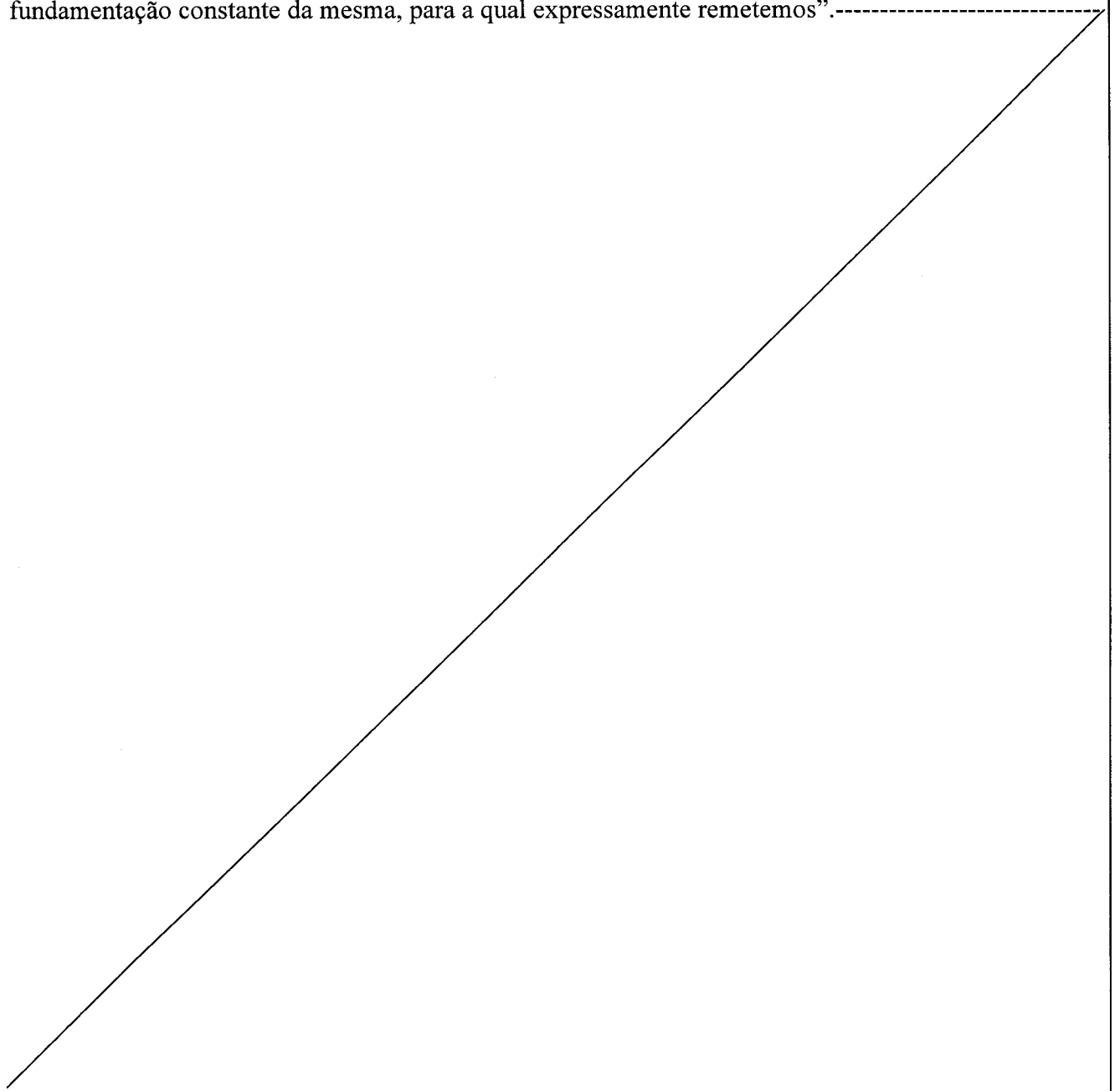


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a nossa proposta B, rejeitando a proposta A, com a fundamentação constante da mesma, para a qual expressamente remetemos”.-----





AR

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

5. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICILIO FISCAL NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Dispõe o nº 1 do artº 20º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), que “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, (...)”.-----

Aquela participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município.-----

Considerando, por um lado, as restrições orçamentais das finanças públicas e os limites ao endividamento municipal, por outro; considerando o crescente alargamento das áreas de intervenção dos municípios;-----

Considerando que para além das despesas municipais com infra-estruturas, tem-se verificado ainda um aumento das despesas com as pessoas, como sejam nas áreas da acção social, da educação, da cultura, desporto e tempos livres; considerando que se pretende evitar igualmente qualquer diminuição nas receitas orçamentais do município, a qual poderia pôr em risco o cabal cumprimento das suas atribuições;-----

Considerando que o princípio constitucional da autonomia das autarquias locais apenas pode ser cabalmente realizado se for garantida a sua autonomia financeira;-----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere apresentar as seguintes propostas à Assembleia Municipal:-----

A) Deliberar participar no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Santo Tirso;-----

B) Deliberar, para os rendimentos a obter em 2010, que a participação municipal no IRS será de 5% (taxa prevista no nº 1 do artº 20º acima referido), por se tratar da decisão adequada ao equilíbrio necessário para o actual quadro de atribuições e competências e seu financiamento



Acta N.º 25 Fl. 27 *Ac*
18 de Novembro de 2009

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

67

respectivo.-----

Seguidamente, pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte proposta alternativa:-----



Reunião da Câmara Municipal de 18 de Novembro de 2009

Declaração dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

Proposta de deliberação sobre participação do Município no IRS

Segundo a legislação em vigor ***“artigo 20 nº1-Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior...”***

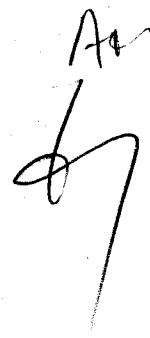
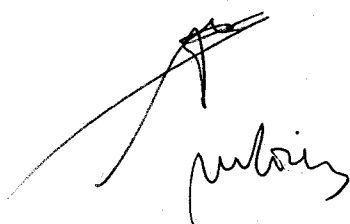
Em resultado da aplicação da legislação, a lei produz efeitos sobre o IRS de 2009 e a receber pelo município de Santo Tirso no ano de 2010. E ainda ***“artigo 20 nº2- A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município...”***

Ora, num cenário de crise, que atinge particularmente as famílias, sobre quem incide o IRS, a introdução de critérios de diferenciação positiva pode e deve constituir uma preocupação da Câmara Municipal e por isso, os vereadores do PPD/PSD apresentam a seguinte proposta de deliberação:

A taxa de 5% de IRS a receber pelo Município de Santo Tirso em 2009 seja dividida como segue:

- o 2,5% para o Orçamento do Município
- o 2,5% como “...dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito passivo...”

Esta proposta, além de aliviar o orçamento dos Tirsenses, constitui um claro incentivo a que todos os munícipes a residir em Santo Tirso regularizem o seu domicílio fiscal no concelho, e que os não residentes, mas que trabalham em Santo Tirso, sintam nesta medida, um convite à sua fixação.



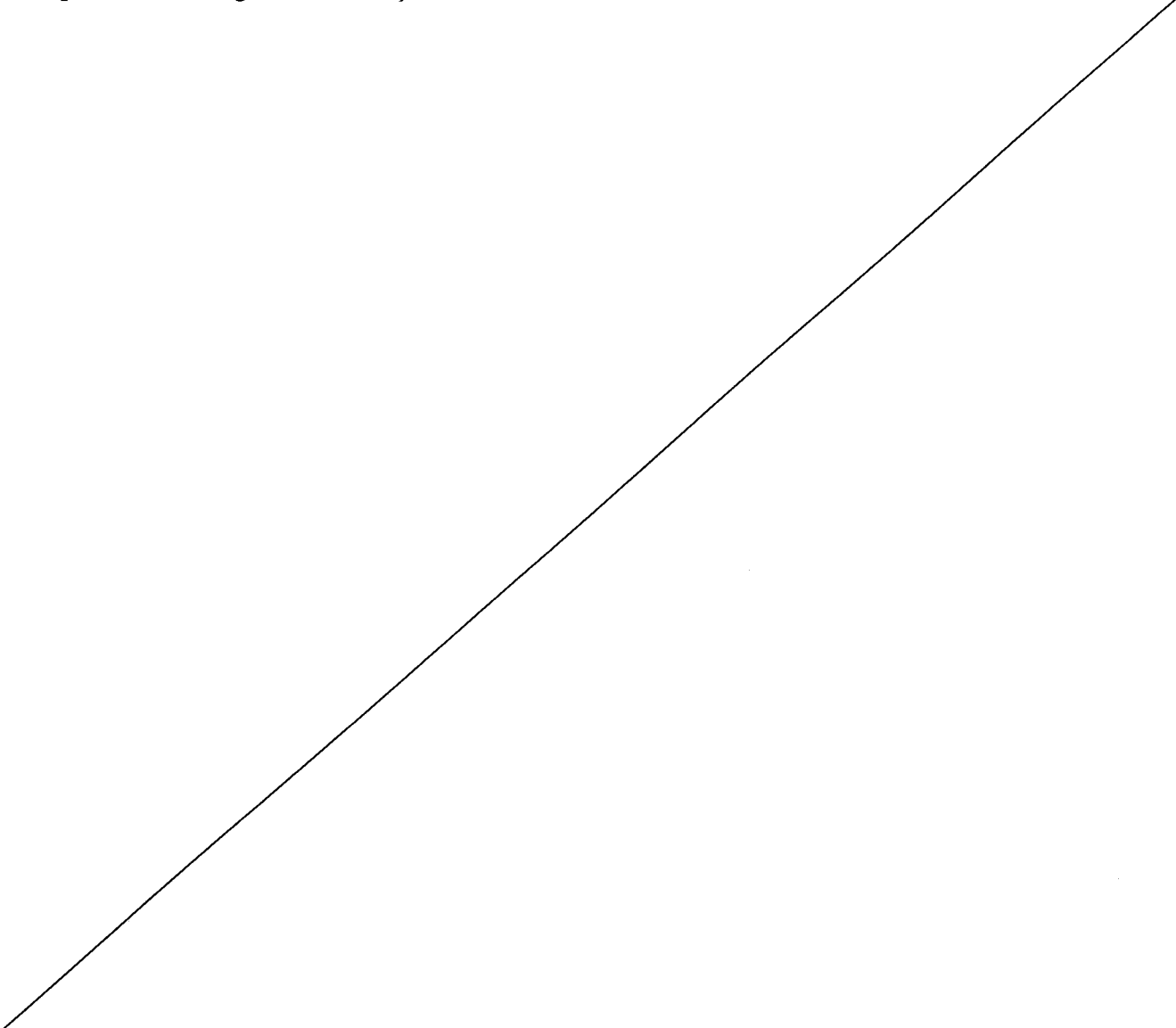


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta do Senhor Presidente foi designada por proposta A e a proposta dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos no Partido Social Democrata por proposta B. As propostas foram postas à votação em alternativa, verificando a existência de quatro votos a favor da proposta A e dois votos a favor da proposta B, pelo que a proposta A foi aprovada por maioria.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO

Os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista à Câmara Municipal declaram votar favoravelmente a proposta para que a taxa de participação no IRS a aplicar aos rendimentos de 2010 seja de 5%, tal como consta na Lei, tendo essencialmente em conta que:

A proposta é adequada à realidade municipal tendo em conta quer as várias restrições ao financiamento, quer as novas responsabilidades que têm vindo a ser atribuídas aos municípios, quer ainda pelo previsível comportamento de retracção das receitas decorrentes da actividade económica local.

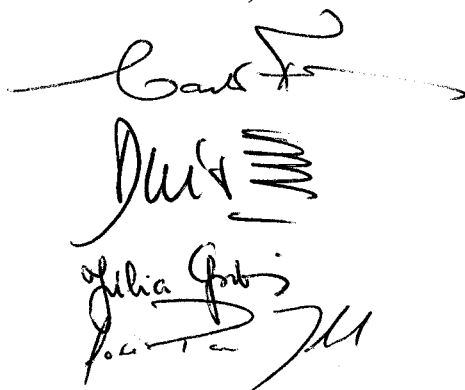
Aprovar outra taxa, hipotecaria o futuro e faria perigar o equilíbrio financeiro do município, equilíbrio que sendo cada vez mais difícil de conseguir, a sua preservação é um dever de qualquer gestor público.

Se poderemos reconhecer a possibilidade de aplicação de outra taxa em cenários municipais de elevados rendimentos que não são os que acontecem em Santo Tirso, a verdade é que somos responsáveis, não vamos em ilusões, não podendo pretender que se efectuem os necessários investimentos municipais e ao mesmo tempo, apontar no sentido da diminuição de receitas.

Propor outra taxa, mais baixa, para um ano em que é esperada diminuição de receita fiscal deste tipo, seria uma fácil irresponsabilidade, seria o habitual populismo de quem bota abaixo o concelho com lágrimas vertidas pelo desemprego (mas que naturalmente não paga IRS)!

Por isso, somos responsáveis perante o compromisso assumido para com os eleitores de trilhar o desenvolvimento sustentado sem diminuir a capacidade de investir, por isso, estas propostas têm o voto favorável dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.

Santo Tirso, 2009-11-17





At

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos a favor da nossa proposta, a proposta B, e rejeitamos a proposta A, com a fundamentação constante da mesma, que aqui expressamente damos por reproduzida”.-----



Acta
17

6. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS NO ANO DE 2010.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse propor à Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de Novembro), aprove as seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos do concelho de Santo Tirso no ano de 2010:

- prédios urbanos a que se refere o artigo 16º do Decreto-Lei 287/2003 (alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI)-----0,7 %;

- prédios urbanos novos e prédios urbanos a que se refere o n.º 1 do artigo 15º do mesmo Decreto-Lei (avaliados nos termos do CIMI – alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo 112º)-----0,4 %.

O Senhor Presidente propôs ainda que a assembleia municipal deliberasse manter a majoração em 30% (trinta por cento) da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, conforme deliberação da assembleia municipal de vinte e seis de Abril de dois mil e sete, mediante proposta aprovada pela câmara municipal em reunião de dezoito do mesmo mês de Abril.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte proposta alternativa:-----

Reunião Ordinária de 18 de Novembro de 2009

Proposta dos Vereadores eleitos na lista do PPD/PSD

"Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 20010

Apesar de não ter sido, como eticamente se impunha, dado prévio conhecimento aos Vereadores do PPD/PSD de qualquer proposta de fixação das taxas devidamente enunciadas, os eleitos nas listas do PPD/PSD entendem apresentar a seguinte proposta.

Considerando que:

Aos municípios cabe nos termos da Lei fixar as diferentes taxas municipais, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI-Dec. Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro).

A Câmara deve, como aliás tem sido defendido ao longo dos anos pelo PPD/PSD, fazer um esforço de rigor na gestão dos dinheiros públicos e assim libertar parte da carga fiscal que onera o orçamento dos Tirsenses, nomeadamente o IMI.

Os Tirsenses por motivos diversos, nomeadamente no que respeita ao flagelo do desemprego que em Setembro, segundo números disponíveis no site do IEFP em Santo Tirso ultrapassou a barreira dos 7.000 desempregados, cifrando-se em 7.016, ou seja, mais 1391 do em Junho de 2008, têm vindo ao longo dos anos a perder poder de compra, sendo que nesta altura regista dos mais baixos no Distrito do Porto na esfera da respectiva área Metropolitana.

34
A
put Ara
6

Ar
df

Se tem assistido a um movimento constante de abandono dos jovens, e casais jovens, quer por motivo de emprego, quer mesmo para se fixarem nos concelhos vizinhos, onde para além de oportunidades de vida, encontram oferta de habitação a preços mais apelativos.

Que o baixo poder de compra tem contribuído para as asfixia que o comércio e os serviços de Santo Tirso vêm registando ao longo dos anos.

Que os concelhos, hoje, ~~seja~~ mais do que nunca competem entre si, para fixar e atrair populações, investimento e investidores.

Que a fiscalidade, é usada pelos Municípios como factor competitivo, constituindo simultaneamente motivo de atracção ou de repulsão.

Que Santo Tirso, precisa urgentemente de contrariar o definhamento galopante da sua economia local e das famílias:

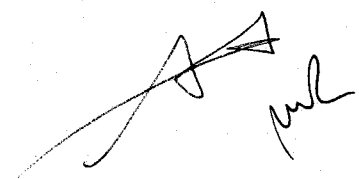
Os Vereadores enquanto inscritos nas listas do PPD/PSD propõe^m que se aprove, nos termos da legislação aplicável, as seguintes taxas do IMI a aplicar aos prédios urbanos do concelho de Santo Tirso, no ano de 2010:

1 - prédios urbanos a que se refere o artº 16º do DL 287/2003 (al.b) do nº 1 do artº 112º do CIMI - -----0,65%

2 - prédios urbanos novos e prédios urbanos a que se refere o nº 1 do artº 15º do mesmo DL, avaliados nos termos do CIMI - al. c) do seu artº 112º ----- 0,35%

Santo Tirso, 18 de Novembro de 2009

Os Vereadores Eleitos pelo PPD/PSD





Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta do Senhor Presidente foi designada por Proposta A e a proposta dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata por Proposta B. As duas propostas foram postas à votação em alternativa, verificando-se a existência de quatro votos a favor da proposta A e dois votos a favor da proposta B, pelo que a proposta A foi aprovada por maioria.----

Seguidamente, pelo Senhor Presidente da Câmara e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista à Câmara Municipal declaram votar favoravelmente a proposta apresentada pelo senhor Presidente, quanto às taxas de IMI a aplicar no ano de 2010, porque:-----

- A Lei prevê para 2010, uma taxa que, para os prédios avaliados nos termos do CIMI, é 20% mais baixa que aquela que inicialmente o Código previa!-----

- A par da redução daquela taxa, foram aprovadas em Portaria correcções, para menos, dos coeficientes de localização aplicáveis a prédios com afectação quer a habitação, quer a serviços e indústria, nos termos em que a Câmara vinha propondo em sede da revisão periódica, às comissões de avaliação. Redução que produzirá efeitos já no próximo ano.-----

- Existem mecanismos de isenção que acautelam as mais extremas situações de desemprego e/ou de baixos rendimentos, embora não invalide qualquer oportunista exploração do momento sócio económico que vive o país e o mundo!-----

- As taxas propostas proporcionam um incentivo aos residentes e uma efectiva atractividade, enquadrando-se nos valores praticados em municípios de características idênticas e são as que constam das recomendações das associações autárquicas.-----

P.S. Em anexo decisão da Área Metropolitana do Porto sobre o assunto que coincide com as posições da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)”.-----



Amporto

DDA

08/10/08

37
15

Handwritten signature and initials

Exmº. Senhor
Engº. António Alberto de Castro Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO

Handwritten signature

Assunto: IMI – alterações legislativas

Senhor Presidente,

Face às alterações legislativas verificadas, relativamente às taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, informa-se V. Exª. que a Junta Metropolitana do Porto, na reunião de 26 de Setembro p.p., deliberou, por unanimidade, "recomendar aos Municípios da AMP que estabeleçam a taxa máxima permitida por Lei".

Com os melhores cumprimentos, também pessoais,

O Administrador Executivo,

Handwritten signature of Emídio Gomes

(Emídio Gomes)

Porto, 2008-10-09.
Of. 572/08-JM

/AA

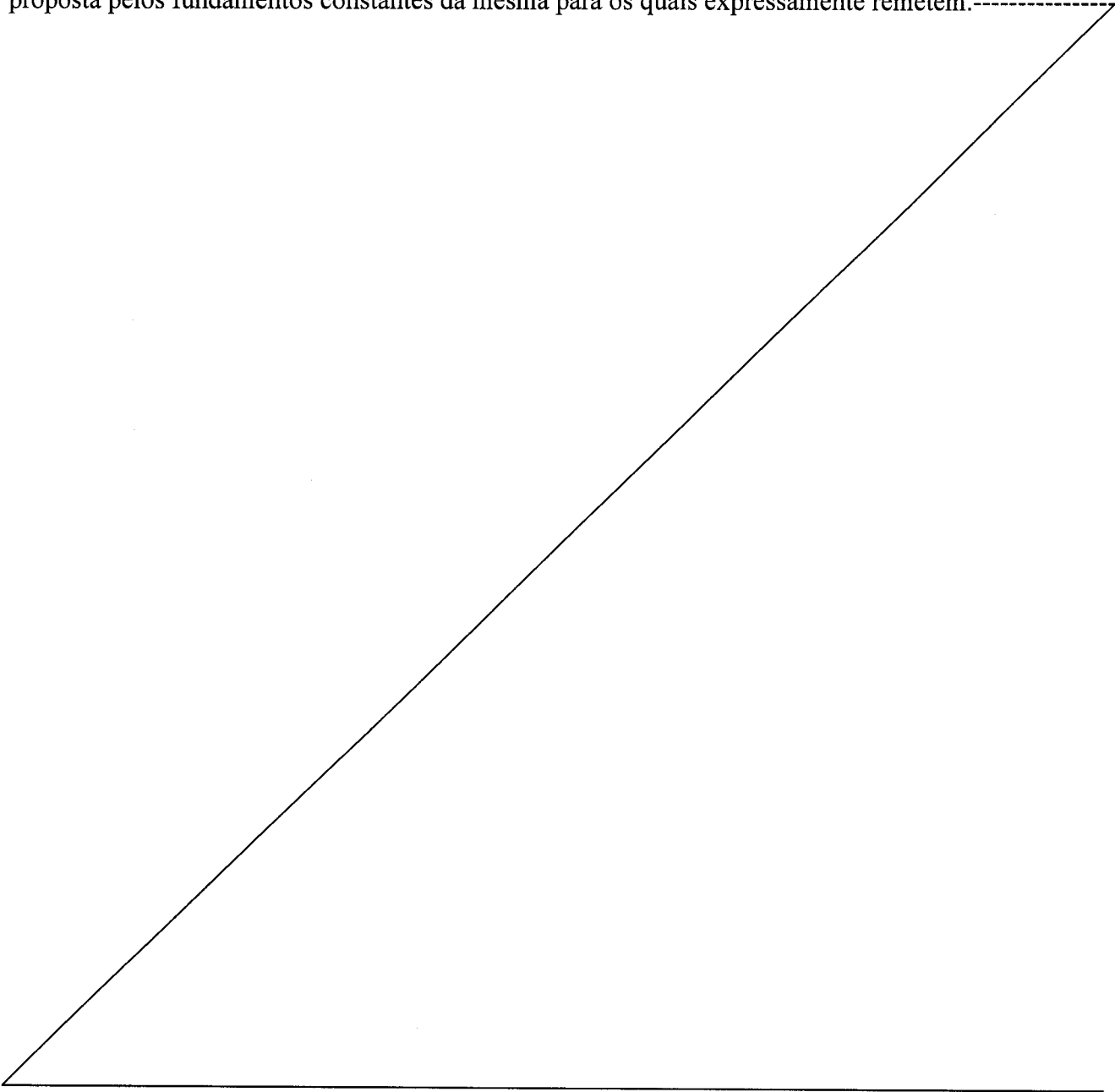
Área Metropolitana do Porto

Avenida dos Aliados, 236 - 1º
4000-055 Porto
t +351 229 392 020
f +351 222 084 099
w www.amp.pt
e amp@amp.pt



Am

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na Lista do Partido Social Democrata foi dito que votaram a favor da sua proposta B, por entenderem que a mesma é a que mais se adequa à realidade de Santo Tirso, rejeitando por isso a proposta A, e que votaram na sua proposta pelos fundamentos constantes da mesma para os quais expressamente remetem.-----





7. CÁLCULO DOS MONTANTES DAS TAXAS DAS LICENÇAS DE OBRAS PARTICULARES: ESTIMATIVA DO VALOR DAS OBRAS PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º, Nº 2 DO REGULAMENTO DE TAXAS DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS: ACTUALIZAÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS DO CUSTO DE CONSTRUÇÃO POR M2-----

Presente informação de vinte e oito de Julho último, da Chefe da Divisão de Obras Particulares, a propor a actualização dos valores mínimos do custo da construção por m2, para efeitos de cálculo do montante das taxas a pagar pelo licenciamento de obras particulares, tendo como referência os valores fornecidos pela Federação Portuguesa da Indústria, da Construção e Obras Públicas para o ano de dois mil e nove, por ofício circular registado com o número nove mil seiscientos e vinte e seis.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar os valores sugeridos pela Divisão de Obras Particulares, abaixo indicados, para entrar em vigor cinco dias após a publicação da presente deliberação, nos termos legais, e aplicáveis a todos os actos praticados após a sua entrada em vigor, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.-----

TABELA DOS VALORES MÍNIMOS DO CUSTO POR M2 DE CONSTRUÇÃO – 2009

Habitação	355,00 €
Comércio e serviços	297,00 €
Pisos destinados a estacionamento, armazéns, indústrias e construções destinadas a fins agrícolas e pecuários	185,00 €
Anexos de apoio à habitação	148,00 €

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscrito na lista do Partido Social Democrata.-----



At-

8. ACORDO DE PARCERIA CELEBRADO COM A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO NORTE. I.P., TENDO POR OBJECTO ACÇÕES DE PROTECÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO.-----

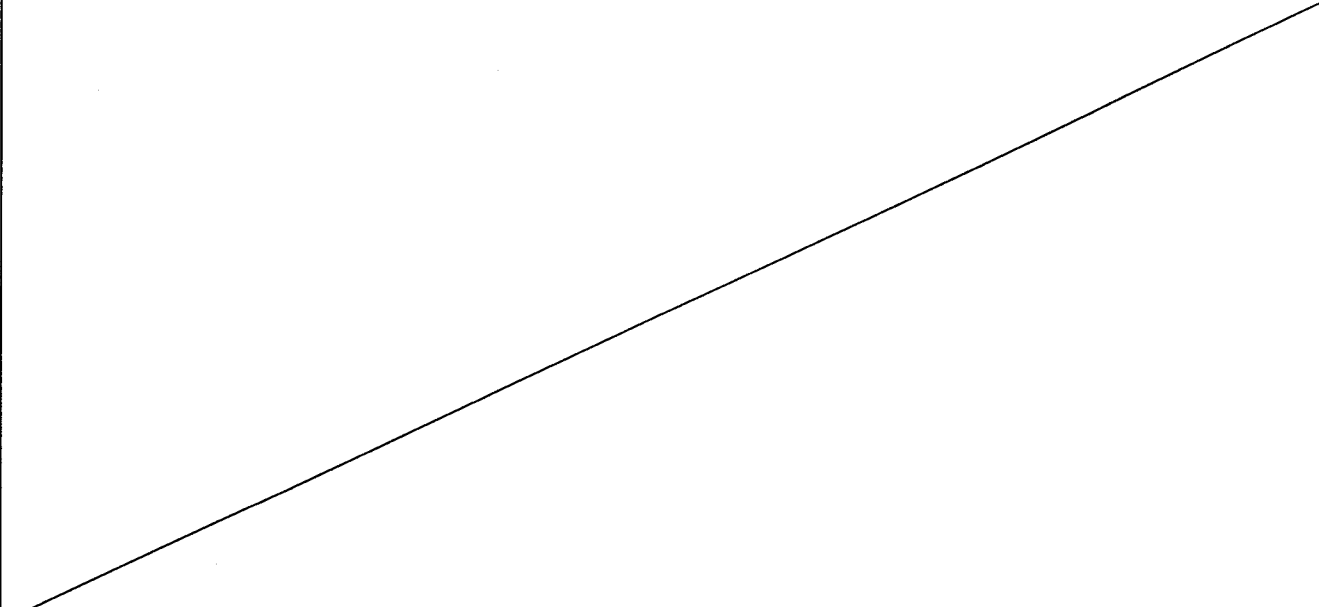
Presente o Acordo de Parceria celebrado no dia quatro do corrente mês de Novembro, entre o município de Santo Tirso e a Região Hidrográfica do Norte I.P., tendo por objecto a concretização de acções de protecção de recursos hídricos no Concelho de Santo Tirso, com a realização dos seguintes investimentos:-----

- Reconstituição da Galeria Ripícola do Rio Sanguinhedo;-----
- Reconstituição da Galeria Ripícola da Ribeira do Pisão;-----
- Construção do Parque de Lazer de Água Longa.-----

Anexa-se à presente acta o referido Acordo, que passa a constituir o Anexo I da mesma, composto por oito folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

A Câmara deliberou ratificar o aludido Acordo de Parceria.-----

A presente deliberação foi tomada com seis votos a favor.-----





Ar
[Handwritten signature]

9. REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO PATRONATO E CASA DOS POBRES DE S. MIGUEL DAS AVES, IPSS: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO SOCIAL, PARA EFEITOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DE SOLOS INCLUÍDOS NA RAN.-----

Presente requerimento de dezassete de Julho último, registado com o número nove mil quinhentos e quinze, da associação Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves, a solicitar que a câmara municipal reconheça de interesse público municipal o projecto de remodelação e ampliação do Refeitório Social, cujo licenciamento foi requerido em nove de Março último (Processo de Obras Particulares número 117/09), a levar a efeito no prédio rústico sito no lugar de Quintão, da freguesia Vila das Aves, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1038 (mil e trinta e oito) e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 882/19921103 (oito oito dois / um nove nove dois um um zero três), para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional.-----

Junto ao referido requerimento consta informação do Director do Departamento de Planeamento e Habitação, de sete de Outubro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, que conclui que o projecto em causa, pelo seu carácter social e urbanístico, tem interesse público para o município.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de dois do corrente mês de Novembro, que, fundamentado na aludida informação, reconheceu o interesse municipal daquele projecto de remodelação e ampliação.-----

A Câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----



Ar
7

10. REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIMENTO SOL NASCENTE, IPSS: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJECTO DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE UM EDIFÍCIO SITO NO LUGAR DA MOURINHA, FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS, PARA EFEITOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DE SOLOS INCLUÍDOS NA RAN.-----

Presente requerimento de catorze de Outubro findo, registado com o número catorze mil quinhentos e vinte e nove, da associação Casa de Acolhimento Sol Nascente (CASL), a solicitar que a câmara municipal reconheça de interesse público municipal o projecto de ampliação e remodelação de um edifício sito no lugar da Mourinha, freguesia de S. Tomé de Negrelos, delimitado na planta de implantação junta ao referido requerimento, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional, numa área de 187,19 m² (cento e oitenta e sete vírgula dezanove metros quadrados), para necessária articulação com o edifício existente, minimizando a afectação da RAN.-----

Junto ao referido requerimento consta informação do Director do Departamento de Planeamento e Habitação, de vinte e seis de Outubro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, que conclui que o projecto em causa, pelo seu carácter social e urbanístico, tem interesse público para o município.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de dois do corrente mês de Novembro, que, fundamentado na aludida informação, reconheceu o interesse municipal daquele projecto de remodelação e ampliação.-----

A Câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----



Act
[Handwritten signature]

11. AQUISIÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “CAMINHO PEDONAL EM S. TIAGO DA CARREIRA – SANTO TIRSO”: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR DUAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS PARA O EFEITO: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 29/07/2009: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de nove do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil setecentos e vinte e dois, a sugerir a rectificação da deliberação da câmara municipal de vinte e nove de Julho último (item sete da respectiva acta), no que se refere à área da parcela 1.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de nove do corrente mês de Novembro, proferido ao abrigo da competência excepcional prevista no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que ratificou a aludida deliberação da câmara municipal, no sentido de que a área da parcela 1 é de 96,81 m² (noventa e seis vírgula oitenta e um metros quadrados) e não 93,42 m² (noventa e três vírgula quarenta e dois metros quadrados), conforme erradamente ficou a constar da respectiva deliberação.-----

A parcela 1 passa assim a descrever-se:-----

Parcela 1

Parcela de terreno com a área de 96,81 m² (noventa e seis vírgula oitenta e um metros quadrados), sita no lugar de Parada ou Brandariz, da freguesia de S. Tiago da Carreira, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte e Nascente com parte sobrance do prédio, e de Sul e Poente com caminho público, que é a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 522/20080507 (cinco dois dois / dois zero zero oito zero cinco zero sete) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 220 (duzentos e vinte), correspondente ao artigo 320 da antiga matriz, propriedade de António Jorge Monteiro, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria Luísa de Matos Pães de Faria Monteiro, residente na Rua M.R. Silva, n.º 123, freguesia de Lorgelo, concelho de Paredes, sendo desconhecidos quaisquer outros interessados na expropriação

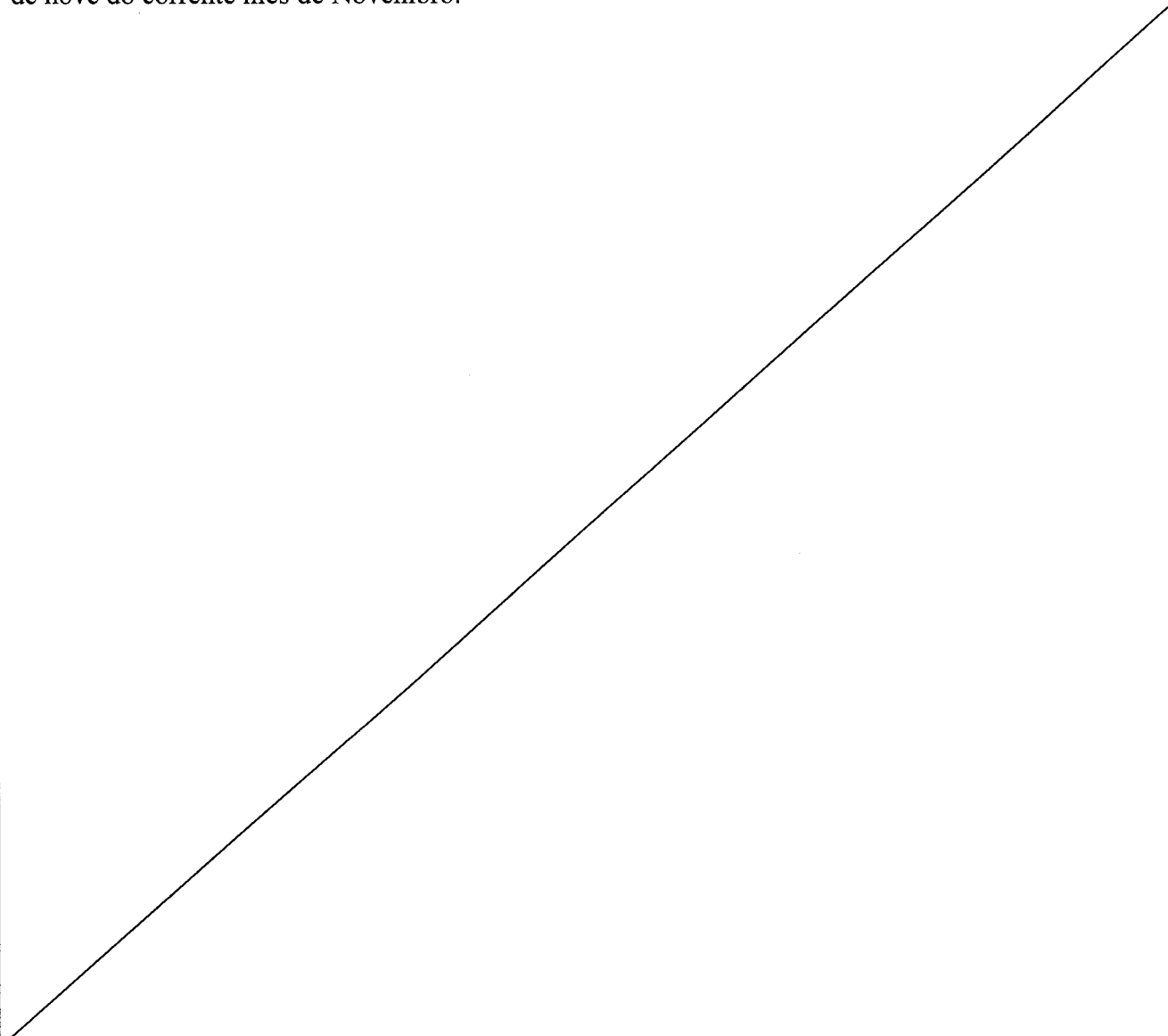


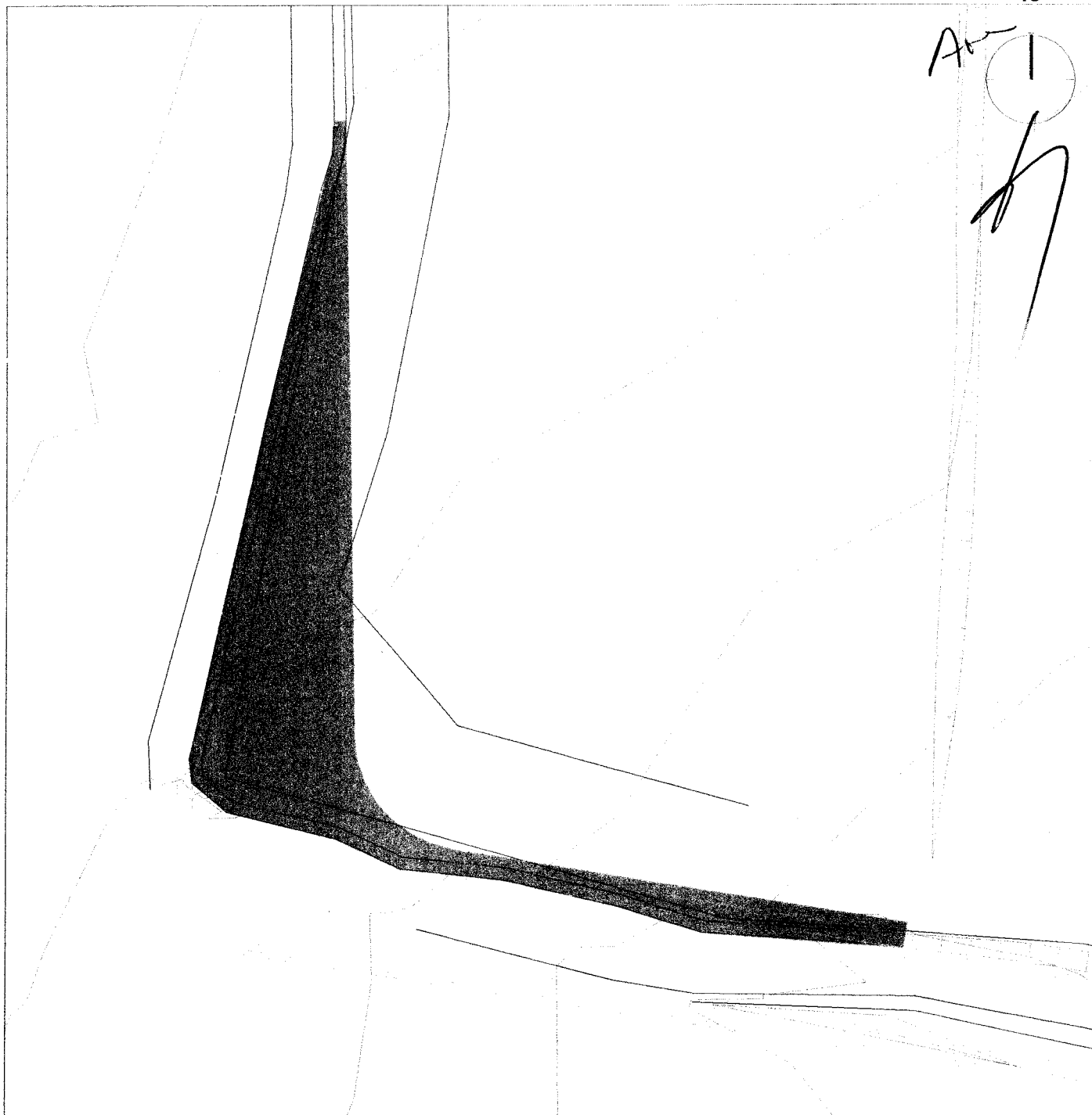
Ar

desta parcela de terreno, para os fins previstos no respectivo Código das Expropriações, de harmonia com o disposto no artº 9º daquele Código;-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, planta da parcela a expropriar.-----

A Câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o despacho do Presidente da câmara de nove do corrente mês de Novembro.-----





Parcela P1 - 96,81 m2

Proprietário

António Jorge Monteiro (Eng.)



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

X = -28088.814 Y = 181446.485

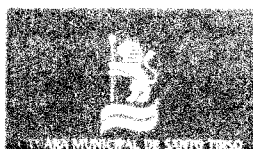
Confrontações

Norte - António Jorge Monteiro (Eng.)

Sul - Caminho Público

Nascente - António Jorge Monteiro (Eng.)

Poente - Caminho Público



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Caminho pedonal em S. Tiago da Carreira

Setembro 2009

Planta Cadastral - Parcela P1

Folha 1/200

01
Folha nº



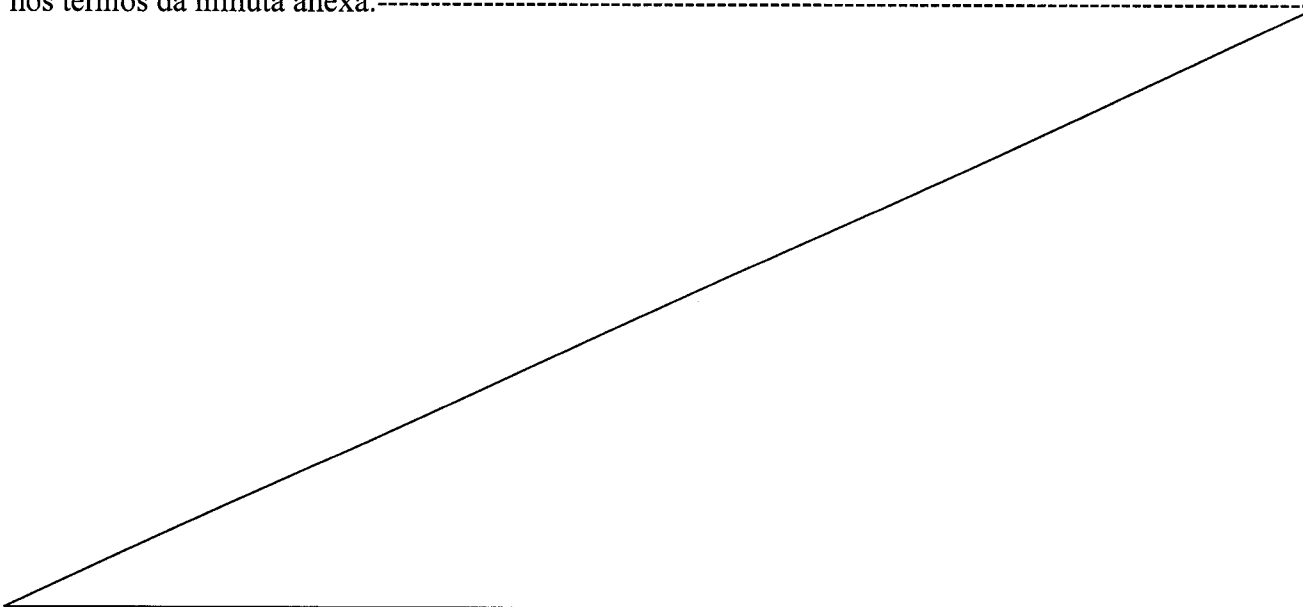
12. MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE TIRSONOPOLIS – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA: APROVAÇÃO.-----

Presente a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o município de Santo Tirso e a sociedade Tirsonopolis – Sociedade de Construções Lda, tendo por objecto o empréstimo gratuito ao município da parte rústica (terreno) do prédio misto sito na Rua Dr. Carneiro Pacheco, da freguesia e concelho de Santo Tirso, inscrito na matriz predial sob os artigos 415 (quatrocentos e quinze) rústico e 1187 (mil cento e oitenta e sete) urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número oitocentos e sessenta e seis que se destina a ser utilizado como parque de estacionamento de apoio à Escola EB 2/3 de S. Rosendo.-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, a minuta do referido contrato.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse celebrar o referido contrato de comodato, nas condições constantes daquela minuta.-----

A câmara deliberou, com seis votos a favor, celebrar o aludido Contrato de Comodato, nos termos da minuta anexa.-----



Ar
[Signature]

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e nove, nesta cidade de Santo Tirso e no Departamento Administrativo da respectiva Câmara Municipal, perante mim Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do referido Departamento, exercendo as funções de Oficial Público para lavrar os contratos que não estão sujeitos a escritura pública, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara de dois de Novembro de dois mil e nove, compareceram como outorgantes:-----

Primeiros – Teresa Maria Azevedo Maia, casada, natural da freguesia de Modivas, concelho de Vila do Conde, residente na Rua de Quires, nº 238, freguesia de Vilar do Pinheiro, do mesmo concelho, portadora do Bilhete de Identidade número 9539436, emitido pelos Serviços de Identificação Civil do Porto, em 21 de Fevereiro de 2005, e José Augusto Ferreira Maia, casado, natural da freguesia de Santiago de Bougado, concelho de Santo Tirso (actual concelho da Trofa), residente na Rua _____, nº _____ da mesma freguesia, portador do Bilhete de Identidade número 3014058, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, em 26 de Janeiro de 1999, os quais outorgam na qualidade de sócios gerentes e em representação da sociedade Tirsonopolis – Sociedade de Construções, Lda., Pessoa Colectiva número 502 102 403, matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial da Trofa, com sede no Parque Industrial da IBACOC, Rua das Indústrias, nº 2676, freguesia de Santiago de Bougado, concelho da Trofa, com o capital social de 199 519,16 € (cento e noventa e nove mil quinhentos e dezanove euros e dezasseis cêntimos).

Segundo - Engº António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, residente na Rua de S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual

outorga em nome e representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, da cidade de Santo Tirso.-----

E pelos primeiros outorgantes foi dito:-----

Primeiro – Que a sua representada é dona e legítima possuidora do prédio misto, sito na Rua Dr. Carneiro Pacheco, da freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com Escola Primária, de Sul com Rua Dr. Carneiro Pacheco, de Nascente com Rua Conde S. Bento e do Poente com Av. Sousa Cruz, inscrito na matriz sob os artigos quatrocentos e quinze rústico e mil cento e oitenta e sete urbano e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 866/19900214.-----

Segundo – Que a sua representada, pelo presente contrato, cede, a título gratuito, e por tempo indeterminado, ao Município de Santo Tirso, a utilização da parte rústica (terreno) do imóvel atrás identificado.-----

Terceiro – O imóvel objecto do presente contrato só pode ser utilizado como parque de estacionamento de apoio à Escola EB 2/3 de S. Rosendo.-----

Quarto – O Município de Santo Tirso, sob pena de resolução imediata do presente contrato e da obrigação de indemnizar a representada dos primeiros por eventuais perdas e danos, fica obrigado, relativamente ao imóvel objecto do presente contrato, a:-----

1. Não o arrendar ou subarrendar.
2. Não cobrar quaisquer taxas pela sua utilização.
3. Não executar quaisquer obras, tanto de carácter definitivo como provisório, no imóvel em causa.
4. Não alterar a sua natureza, descrição e inscrição matricial.

Quinto – O Município de Santo Tirso fica obrigado a restituir o imóvel emprestado, no exacto estado em que o recebeu, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data da interpelação para o efeito, a efectuar por carta registada com aviso de recepção.-----

Sexto – Em tudo o que estiver omissa no presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 1129º e seguintes do Código Civil, relativos ao Contrato de Comodato.-----

Sétimo – O presente contrato produz os seus efeitos desde 06 de Outubro de 2009.-----

Pelo segundo outorgante foi dito que, em execução da deliberação camarária de _____, aceita para o Município que representa o presente contrato de comodato, nos seus precisos termos.

Foram-me exibidos os seguintes documentos:-----

- a) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial da Trofa, em _____, pela qual verifiquei que os primeiros outorgantes têm poderes para a prática deste acto;
- b) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial da Trofa, em _____, pela qual verifiquei que o imóvel emprestado está inscrito em nome da sociedade comodante pela inscrição Ap. 68 de 2000/04/10;
- c) A aludida deliberação da Câmara Municipal de Santo Tirso que aprovou a minuta do presente contrato.-----

O presente contrato foi feito em dois exemplares, destinando-se cada um deles a ficar na posse de cada uma das partes.-----

Os primeiros outorgantes

O segundo outorgante

Ar
67

O Município está isento de imposto de selo ao abrigo do disposto na alínea a) do artº 6º do respectivo Código.

A Oficial Público,



Ar
6

13. OUTROS SUBSIDIOS

A) A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – SUBSIDIO PARA DESPESAS INERENTES À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE EM REGIME DE CONTRATO EMPREGO – INSERÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de treze do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil setecentos e setenta e quatro, a sugerir a atribuição de subsídios aos Agrupamentos de Escolas abaixo identificados, para custear as despesas inerentes aos contratos emprego – inserção que vão ser celebrados pelos referidos Agrupamentos, ao abrigo da Portaria 128/2009, de 30 de Janeiro, para satisfação de necessidades de pessoal não docente, cuja contratação passou a ser da responsabilidade do município, de harmonia com o Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação em 16 de Setembro de 2008, ratificado pela câmara municipal em reunião de catorze de Janeiro último.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir os subsídios abaixo referidos, para fazer face às despesas com pessoal não docente, contratado ao abrigo da referida Portaria, correspondentes aos encargos dos meses de Setembro a Dezembro do ano em curso.-----

- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----28.000,00 €
(vinte e oito mil euros)-----

- Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----12.000,00 €
(doze mil euros)-----

- Agrupamento Vertical do Ave-----7.000,00 €
(sete mil euros)-----

- Agrupamento de Escolas de Agrela e Vale do Leça-----9.000,00 €
(nove mil euros)-----

- Agrupamento de Escolas de Aves / S. Tomé de Negrelos-----3.700,00 €
(três mil e setecentos euros)-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



At
[Handwritten signature]

13. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA DESPESAS COM O AQUECIMENTO DE ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO-----

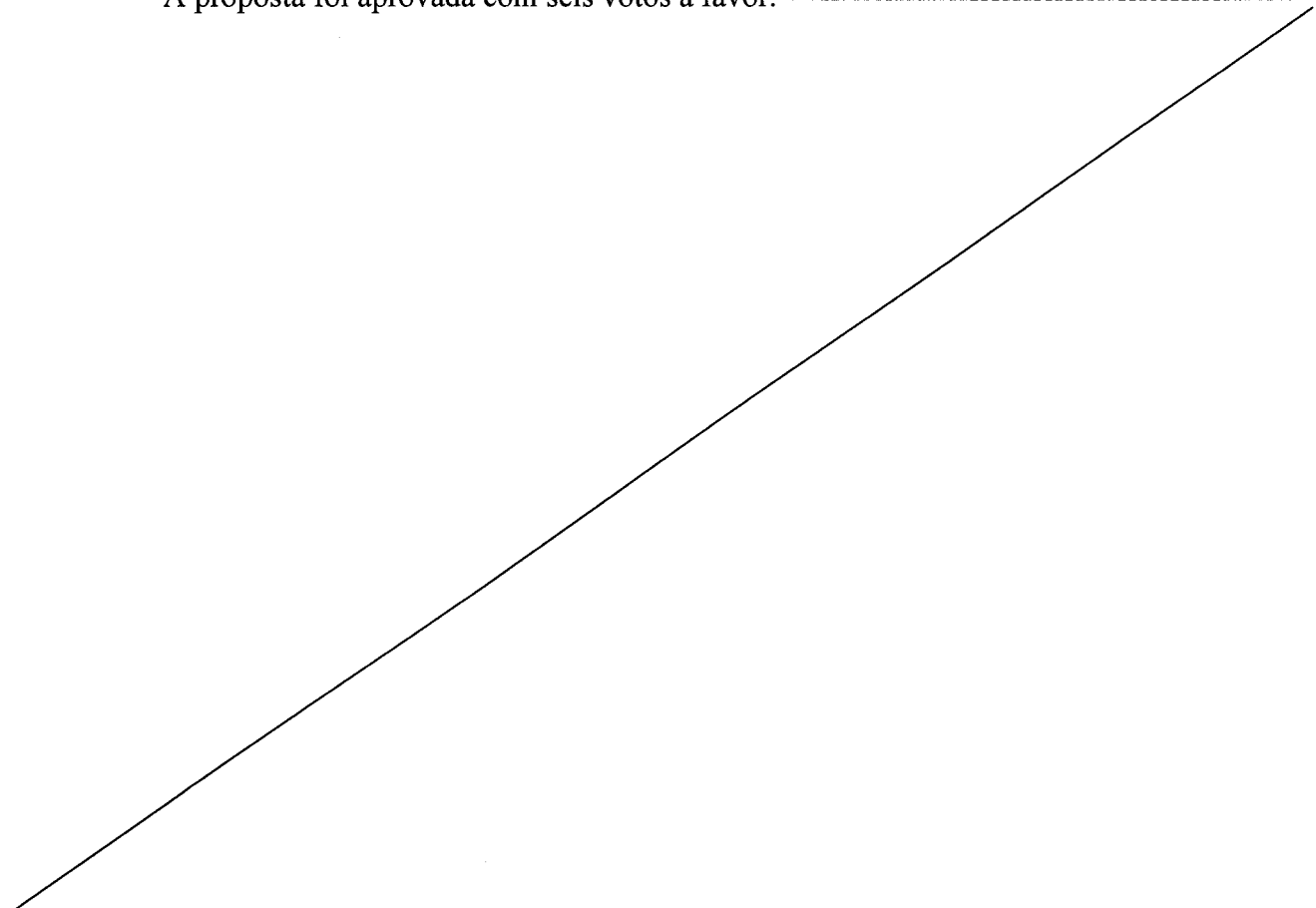
Presente informação de dez do corrente mês de Novembro, da Divisão de Educação, registada com o número quinze mil setecentos e setenta e três, a sugerir a atribuição de subsídios, no montante total de 300,00 € (trezentos euros), aos Agrupamentos de Escolas a seguir identificados.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir os seguintes subsídios:-----

- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----100,00 € (cem euros)

- Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo-----200,00 € (duzentos euros)

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





Ar
97

13. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2009/2010 – 3ª FASE-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, à semelhança dos anos anteriores e em conformidade com a informação da Divisão de Educação de doze do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil setecentos e setenta, deliberasse, de harmonia com o disposto no Decreto-Lei 55/2009, de 02 de Março, atribuir um subsidio aos Agrupamentos de Escolas abaixo identificados, destinado a suportar as despesas com a aquisição de livros e material escolar, para alunos carenciados, durante o ano lectivo de 2009/2010 totalizando o montante de 1.550,00 € (mil quinhentos e cinquenta euros).-----

Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----800,00 €
(oitocentos euros).-----

Agrupamento Vertical do Ave-----150,00 €
(cento e cinquenta euros).-----

Agrupamento de Escolas d' Agrela e Vale do Leça-----75,00 €
(setenta e cinco euros).-----

Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----475,00 €
(quatrocentos e setenta e cinco euros).-----

EBI Aves / S. Tomé de Negrelos-----50,00€
(cinquenta euros).-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



Handwritten signature

13. D) COMPARTICIPAÇÃO DO CUSTO DAS REFEIÇÕES FORNECIDAS AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PERTENCENTES A AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS, PARA O ANO LECTIVO 2009/2010: ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 29 DE JULHO ÚLTIMO.-----

Presente informação de doze do corrente mês de Novembro, da Divisão de Educação, registada com o número quinze mil setecentos e setenta e dois, a comunicar que de acordo com o disposto no Decreto-Lei 55/2009, de 02 de Março, compete aos municípios compartilhar o custo das refeições fornecidas às crianças do ensino básico pertencentes a agregados familiares carenciados, e a propor a atribuição de um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova, em aditamento ao deliberado pela câmara municipal em reunião de vinte e nove de Julho último (item 8.B da respectiva acta).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir um subsídio mensal à Associação de Pais identificada na aludida informação da Divisão de Educação, destinado a compartilhar o custo das refeições fornecidas aos alunos que frequentam o ensino básico, pertencentes a agregados familiares carenciados. -----

O montante do subsídio mensal a atribuir será calculado em função do número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio de alimentação, da comparticipação atribuída a cada aluno (100% para alunos do escalão A e 50% para alunos do escalão B) e do preço máximo por refeição (1,46 €, de acordo com o despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação), cujo pagamento será processado pela Divisão de Gestão Financeira mediante prévio despacho do Presidente da Câmara, fundamentado em informação da Divisão de Educação sobre o número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio no mês respectivo.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



Ar2

13. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES GESTORAS DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DOS RESPECTIVOS REFEITÓRIOS – ANO LECTIVO 2009/2010 – 1ª FASE.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezasseis do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil oitocentos e cinquenta e oito, a propor a atribuição de um subsidio mensal, de Novembro de dois mil e nove a Outubro de dois mil e dez, inclusive, às entidades identificadas na referida informação.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara deliberasse atribuir um subsídio mensal, de Novembro de dois mil e nove, a Outubro de dois mil e dez, inclusive, às entidades abaixo identificadas, para custear as despesas com o funcionamento de refeitórios escolares, o que perfaz uma despesa no montante global de 215.400,00 € (duzentos e quinze mil e quatrocentos euros), sendo 35.900,00 € (trinta e cinco mil e novecentos euros) no ano económico de dois mil e nove, e 179.500,00 € (cento e setenta e nove mil e quinhentos euros) no ano económico de dois mil e dez.-----

- Associação de Pais da EB1 de Aldeia Nova – Rebordões ----- 800,00€
(oitocentos euros)-----
- Associação de Pais da Escola de Redundo ----- 500,00€
(quinhentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola E B 1/J I do Foral-1.100,00€
(mil e cem euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha – Burgães-800,00€
(oitocentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio APEEEPT -1.100,00€
(mil e cem euros)-----



Al

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature

- Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro-Freguesia de Rebordões, Santo Tirso ----- 750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova -- 100,00€
(cem euros)-----
- APEN – Associação de Pais das Escolas de Negrelos ----- 750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária das Pombinhas – S. Tomé de Negrelos ----- 700,00€
(setecentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada – Carreira ----- 800,00€
(oitocentos euros)-----
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos ----- 850,00€
(oitocentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Entre-Estradas, São Martinho do Campo -----600,00€
(seiscentos euros)-----
- Associação de Pais da Escola de Presa n.º 2 – Vilarinho -----1.250,00€
(mil duzentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária da Costa n.º 1 – Roriz -----750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária e Jardim de Infância da Igreja de S. Mamede de Negrelos -----1.100,00€
(mil e cem euros)-----



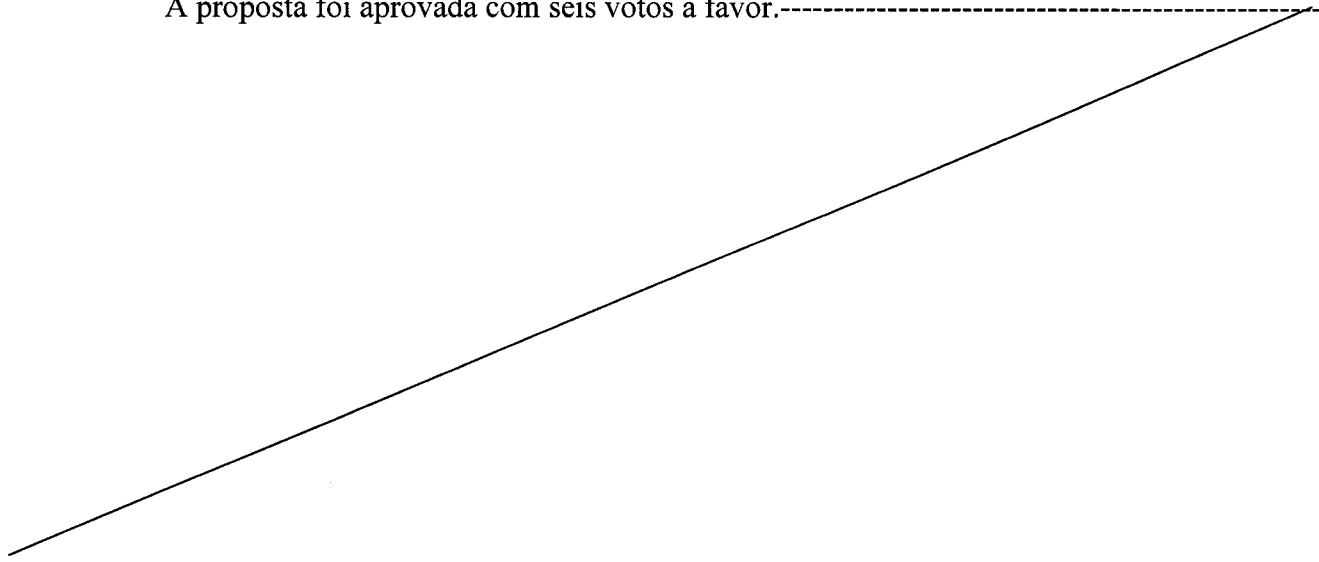
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Ar
[Handwritten signature]

- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas Primárias de Areias -----
-----1.100,00€
(mil e cem euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária N.º 1 de Sequeiro ---
-----700,00€
(setecentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães -----800,00€
(oitocentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos Agrela ----- 750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----
- Junta de Freguesia de Água Longa -----1.000,00€
(mil euros)-----
- Associação de Pais da Escola EB1 e Jardim de Infância de Paradela ----- 950,00€
(novecentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais do Jardim de Infância de Boca ----- 700,00€
(setecentos euros)-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Designação de dois representantes da Câmara Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave – Associação de Municípios de Fins Específicos.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente acta.-----



AR

14. DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Nos termos do disposto no artigo 21º da Lei 11/2003, de 13 de Maio, os órgãos das Associações de municípios de fins específicos são a Assembleia intermunicipal e o Conselho directivo;-----

A Associação de Municípios do Vale do Ave, da qual o município de Santo Tirso é associado, é uma Associação de Municípios de Fins Específicos, conforme consta da Escritura de Alteração Parcial de Estatutos celebrada no dia quinze de Julho de dois mil e oito, no Cartório da Notária Maria Odete Freitas Ribeiro, sito na cidade de Guimarães;-----

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 23º da referida lei, compete à câmara municipal de cada município associado designar os seus representantes na assembleia intermunicipal;-----

De acordo com as regras legalmente previstas, proponho que a câmara municipal delibere designar os Senhores Vereadores a seguir identificados para representantes do município na Assembleia intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave:-----

- Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues;-----

- Eng^a Ana Maria Moreira Ferreira.-----

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



Ar

[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

[Large diagonal line crossing the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]



Ar
[Signature]

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e dez minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e uma folhas e um documento anexo, composto por oito folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu *Flávia Adria*

Sofia

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 02 / 12 / 2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas quarenta e seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adria